

## *A Construção de uma Nova Realidade*

*Paulo Gonzalez\**

O Governo Federal, ao longo do primeiro semestre, obteve um importante conjunto de vitórias políticas, na perspectiva do projeto que caracteriza a atual administração. A "flexibilização" dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, apesar da forma como a discussão sobre o tema foi conduzida, tendo como base argumentos emocionais e muito pouco esclarecedores das conseqüências das propostas em pauta, que não responderam a certas perguntas - a quem interessa a flexibilização? O que as diversas categorias sociais podem esperar deste ou daquele modelo? - representou a possibilidade de abrir setores econômicos atrativos a investimentos privados, quer nacionais, quer estrangeiros.

Por outro lado, o enfrentamento da greve dos petroleiros representou uma significativa mudança de postura, diante de forças corporativas que, nos últimos anos, vinham impondo seus interesses. Desta vez, a categoria marcou, claramente, gol contra. Apesar de sua articulação, sua capacidade de organização, sua experiência, tudo aponta para um grave erro político. Os petroleiros não avaliaram bem o adversário, desta vez organizado e articulado, além de dotado de cacife político, o que lhes permitiu usar muito habilmente os meios de comunicação, e que estava preparado com antecedência - por que só houve falta de derivados nos centros nervosos, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, do país? Como, apenas quatro dias depois, o abastecimento estava regularizado? - com isso, sem dúvida, impuseram severa derrota, não só aos petroleiros, mas ao conjunto do movimento sindical, colocando-o em uma posição muito delicada perante a sociedade. Isto é bom? Quais os desdobramentos deste fato em um país ainda tão distante de mínimas conquistas da cidadania? Quais as conseqüências em um quadro de crescente desemprego estrutural e fragilização das relações de trabalho?

Em seguida, o Governo Federal, no sentido de manter o Plano Real, tomou medidas "defensivas" da Balança Comercial, ao introduzir elementos novos na estrutura de importação de veículos auto motores. É claro que isto não pode ser visto apenas sob a ótica do curto prazo. A decisão vai além de simplesmente reduzir, de forma brusca, a entrada de automóveis no país. Foi por ter clareza a esse respeito, que a Argentina reagiu tão rápida e histericamente. Sabiam o que isso representava. Os anúncios de investimentos que se se-

guiram, por parte de diversas montadoras de veículos, mostraram que os objetivos de longo prazo, esperados pelo Governo, foram alcançados.

Também no curto prazo foram bem sucedidos. Naquele momento era particularmente evidente o risco que, permanentemente, ronda o plano econômico, derivado de uma potencial crise do Balanço de Pagamentos, pressionado por dois elementos básicos. O primeiro deles a apreciação cambial, utilizada intencionalmente pela equipe econômica, como forma de baratear importações e, conseqüentemente, acirrar o processo concorrencial interno, com efeitos positivos sobre o controle inflacionário. Nos momentos iniciais do plano, os formuladores da política econômica consideraram possível compensar o comprometimento da Balança Comercial com entradas de capital, atraídos por juros reais muito compensadores. A crise mexicana evidenciou a volatilidade desses capitais, como já vinha sendo sugerido por alguns analistas, provocando perdas significativas de reservas cambiais.

Este é o segundo elemento de crise potencial. A estrutura de financiamento do Balanço de Pagamentos não é confiável. Fatos, mais ou menos relevantes, podem provocar modificações no humor dos investidores internacionais, em busca de remuneração elevada e rápida - *ranking* onde o Brasil tem se destacado, apesar das recentes e graduais reduções na taxa de juros - fazendo com que eles modifiquem suas posições e abandonem o país, deixando-o a "ver navios". Não é por outra razão, que a principal frente de trabalho da diplomacia brasileira é, hoje, a criação de mecanismos institucionais capazes de impedir, ou pelo menos reduzir, a ciranda financeira internacional.

A decisão, a um só tempo, reduziu a entrada de

**Não é por outra razão, que a principal frente de trabalho da diplomacia brasileira é, hoje, a criação de mecanismos institucionais capazes de impedir, ou pelo menos reduzir, a ciranda financeira internacional.**

um item importante da pauta de importações, bem como, tomou o país mais atrativo para investimentos internacionais diretos e de longo prazo, menos influenciáveis por "situações nervosas", além de representar um reforço no processo de internacionalização. Vale destacar que estes resultados foram obtidos com pequenas desvalorizações cambiais, realizadas, estrategicamente, em momentos de menores pressões de preços, o que evitou impactos indesejáveis sobre a inflação. Detalhe: a medida foi uma solução setorial, que não afetou os demais ramos da economia. Por outro lado, deteriorou-se a situação da Balança Comercial, com a crescente participação relativa de produtos primários no seu saldo. Os superávites verificados em agosto e setembro devem-se, em boa medida, a uma situação de preços internacionais de *commodities* bastante favorável.

Isso não nega que a medida teve um forte componente de política industrial, já que inúmeras montadoras anunciaram sua intenção de realizar significativos investimentos tanto no Brasil, quanto na Argentina. O dinamismo da indústria automobilística é reconhecido por todos, seus efeitos a jusante e a montante espalham-se por todo o tecido produtivo, gerando importantes conseqüências nas áreas social, tecnológica, tributária, etc. Por outro lado, a tentativa de tornar o Brasil um centro internacional produtor de automóveis - se isso é realmente possível - tem importantes impactos regionais internos. Uma política industrial, que tenha tal setor como centro dinâmico, tende a provocar um processo de reconcentração industrial, privilegiando a base produtiva já instalada no sudeste. Podendo, em função do MERCOSUL, estender-se em direção ao sul.

Sob esse aspecto, tanto as compensações oferecidas ao Nordeste, quanto as pleiteadas são uma parca recompensa. A instalação de uma refinaria de petróleo, qualquer que seja o estado eleito, e o desenvolvimento de setores agro-industriais competitivos serão insuficientes para imprimir na região uma dinâmica comparável àquela do sul do país. Como o rio corre para o mar, inversões infra estruturais de monta tenderão, também, à concentração. As públicas, por um misto de racionalidade econômica e pressão política, as privadas por pura lógica capitalista. Os processos de atração e, principalmente, geração de cargas no

Nordeste são incipientes no conjunto da economia brasileira, sem volumes significativos, são incapazes de viabilizar esquemas de transporte alternativos em função de seus elevados custos.

A este respeito uma última observação: estrategicamente, não parece provável que o Brasil venha se transformar em importante produtor internacional de veículos. O mercado internacional - e já não é mais possível pensar em mercados locais - tem ofertantes de porte, nenhum deles de capital brasileiro. Os países líderes na produção mundial de automóveis, inclusive os recentes, caso da Coréia, detêm capital setorial próprio, o que não é o caso do Brasil. Haverá espaço para uma inserção bem sucedida? Ocorrerão investimentos no montante pretendido?

A conclusão de tudo isto é que, efetivamente, o governo não está inerte naquilo que se refere à política econômica. De um lado, tenta atrair capitais para realizar novas inversões, aí estão a MP da indústria automotiva, a retomada da privatização, a flexibilização de monopólios, etc. Por outro lado, aposta em medidas de caráter recessivo, como forma de manter sob controle o processo inflacionário, pela contenção da demanda agregada, para isso enfraquecer o movimento sindical é uma necessidade. Assim, abriria espaço para reajustes da taxa de câmbio, sem impactos importantes nos níveis inflacionários.

As medidas do começo do segundo semestre, o presente de aniversário, apontavam nessa direção. A desindexação possível, dado um patamar de inflação superior a 35%, foi sobre os salários, momentaneamente indefesos. A ampliação da banda cambial deixou espaço para novos reajustes, com o deslocamento do limite inferior da mini banda. A combinação destes dois elementos permitiu uma relativa recomposição da relação entre o câmbio e o salário, o que, já está provado, é determinante para um bom desempenho das exportações brasileiras, ainda impactadas por elementos estruturais onerosos.

Mas, o modelo ainda se ressentia da ausência de uma adequada estrutura de financiamento, tanto de sua parte pública, como privada. As reformas fiscal, administrativa e previdenciária jogam aqui papel de absoluta relevância. A reforma fiscal, que a realidade vai, lentamente, mostrando ser uma necessidade, tenta resolver o eterno imbróglio do financiamento esta-

tal, a redução rápida e acentuada da inflação pôs a nu os dramas, sempre escamoteados, do gasto público. Não é mais possível contar com o imposto inflacionário que, corroendo despesas, permitia a existência de uma máquina pública inchada, cara e gastando mal. A reforma administrativa deverá criar oportunidades para uma reestruturação do setor público, a questão central é: como fazer isso? A área estatal sempre esteve a mercê de favorecimentos a parentes e amigos, sua estrutura administrativa é muito pouco profissionalizada, tornando o processo de equacionamento uma possível vítima de ingerências políticas inaceitáveis.

A reforma da previdência, se tudo der certo, deverá prover recursos de baixo custo e longo prazo para financiar o processo de acumulação privada, permitindo o fortalecimento dos chamados fundos de pensão que têm se tornado, mais e mais, as principais fontes de recursos para capitalização em todo mundo, transformando radicalmente a face do sistema financeiro. Todas estas reformas são, politicamente, muito mais sensíveis que aquelas levadas a cabo no primeiro semestre. No caso das reformas fiscal e administrativa, a questão federativa, com seus múltiplos e diversificados aspectos, vem provocando divergências internas na base de apoio parlamentar do próprio governo. Para aquelas forças cevadas à sombra de favores federais, concedidos em pagamento ao seu permanente apoio político, tais reformas podem representar o sepultamento de velhas práticas que marcaram longamente a vida do país nos últimos anos. O capitalismo, globalizado e "massificado", parece chegar para destruir reputações patriarcais e patrimonialistas.

Outrossim, em certo sentido, a reforma do sistema de previdência tem as mesmas conseqüências. É

**Os processos de atração e, principalmente, geração de cargas no Nordeste são incipientes no conjunto da economia brasileira, sem volumes significativos, são incapazes de viabilizar esquemas de transporte alternativos em função de seus elevados custos.**

uma outra face dessa mesma moeda que vem provocando enormes transformações globais, nos mais diversos campos. É o Estado que modifica seu papel "abre mão" de determinadas funções e assume outras, sem, na realidade, perder seu verdadeiro caráter de potencializador do processo de acumulação. Este é o "projeto" do Brasil que está proposto e vem sendo implementado, entre marchas e contramarchas, pelo atual governo, são mudanças de longa maturação

\*Paulo Gonzalez é Economista da SEI

política. Não é por outra razão que ao mesmo tempo em que aposta em modificações estruturais, cuida de se precaver para o dia a dia. Não é outro o sentido da ampliação do prazo do Fundo Social de Emergência - FSE e das alterações na sistemática do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, remendos temporários enquanto não se viabiliza, democraticamente, a conjuntura capaz de concretizar as reformas estruturais.